



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS
Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo
Telefone: (11) 3095-9595

EDITAL PADRÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 62.100/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90001/2024 – UASG 928657

PROCESSO: 6050.2024/0000665-9

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Aquisição de materiais de obras – piso podotátil – Alerta – cor amarela – medida: 20x20x2 cm, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/03/ 2024 às 10:00 h (horário de Brasília)

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E
JULGAMENTO.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento Legal;
- 2 Objeto;
- 3 Condições de participação;
- 4 Acesso às informações;
- 5 Impugnação do Edital;
- 6 Apresentação da Proposta de Preços;
- 7 Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8 Etapa de Lances;
- 9 Modo de disputa aberto;
- 10 Julgamento;
- 11 Habilitação;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

- 12 Fase Recursal;
- 13 Adjudicação e Homologação
- 14 Preço e Dotação;
- 15 Condições do ajuste;
- 16 Prazo, Condições e locais de entrega;
- 17 Recebimento do Objeto;
- 18 Condições de Pagamento;
- 19 Das Penalidades;
- 20 Disposições Finais.

II ANEXOS

- ANEXO I: Termo de Referência - Especificações Técnicas
- ANEXO II: Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III: Modelo de Declarações
- ANEXO IV: Minuta de Contrato

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SUBPREFEITURA PINHEIROS, situada na avenida Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros, Capital, CEP 05459-070, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a aquisição do bem descrito na Cláusula 2 – OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site <http://www.gov.br/compras - UASG 928657>, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 10:00 h (horário de Brasília) do dia 27/03/ 2024.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> - Subprefeitura Pinheiros.

1. EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015, Decreto Municipal nº 56.633/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

2. OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a aquisição de materiais de obras – piso podotátil – tipo Alerta – cor: amarela – medida: 20x20x2cm para atender às demandas da região da Subprefeitura Pinheiros;

A licitação será para um único item;

O item se destina a suprir e repor o estoque do Almoxarifado, atendendo às necessidades e demandas do setor de Obras da Subprefeitura Pinheiros.

2.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) Atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras - Certificado Digital ICP – Brasil.

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data para recebimento das propostas.

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) não estejam sob processo de falência;

c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que seja apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) não estejam constituídas em forma de consórcio;

e) não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) não estejam suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

g) não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei nº 14.133/2021);

g.1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

g.2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g.3) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g.4) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

g.4.1) as vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

g.5) não poderão participar da licitação OCIP's atuando nessa condição.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando em campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1) não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1) a obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.2.1.2) nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado valor anual do contrato;

3.3 como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos;

3.4 a participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as condições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

4. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

- 4.1** qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: vbento@smsub.prefeitura.sp.gov.br;
- 4.2** os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1** qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, vbento@smsub.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo;
- 5.1.1)** no ato de apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
 - b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente efetivamente representa a impugnante;
- 5.2** caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 5.3** quanto ao acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação de proposta, será designada nova data para a realização do certame;
- 5.4** a decisão de impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial;
- 5.5** os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados;
- 5.6** as impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 5.7** a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1** os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema;
- 6.1.1** a licitante deverá indicar, na sua Proposta, o “Valor Unitário e Total”, “Marca”, “Fabricante” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.
- 6.1.2** até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

6.1.3 a licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações;

6.1.4 a apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

6.1.5 a proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

6.1.6 os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na ata de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título;

6.1.7 quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título;

6.1.8 a licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, **em papel timbrado da empresa**, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declaração ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante;

6.1.9 a proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico;

7.2 a análise da conformidade das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada;

7.3 serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital e seus anexos;
- b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) estipule preços inexequíveis;

7.4 a desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema;

7.5 serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes;

7.6 somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. ETAPA DE LANCES



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

- 8.1** iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances e exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor;
- 8.2** as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação;
- 8.3** a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,01 (Um centavo) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 8.4** a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
- 8.5** as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 8.6** na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 8.7** caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o órgão ou entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 8.8** no caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
 - 8.8.1** antes da classificação definitiva dos preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado;
 - 8.8.2** em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão;
 - 8.8.3** caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for caso;
 - 8.8.4** se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

- 8.9** só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);
- 8.10** em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida;
- 8.11** após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições;
- 8.12** quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes;
- 8.13** a negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo;
- 8.14** o licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado;
- 8.15** encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO

- 9.1** no modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos;
- 9.1.1** a prorrogação automática será de 02 (dois) minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período;
- 9.1.2** não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;
- 9.1.3** após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

10. JULGAMENTO

- 10.1** encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.
- O(A) pregoeiro(a) da Subprefeitura Pinheiros e sua Equipe de Apoio poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência;
- 10.2** é recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação;
- 10.3** caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP'S, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento;
- 10.4** será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3;
- 10.5** para a aquisição de bens e indício de inexecuibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante;

- 10.6** erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta;
- 10.7** o Termo de Referência poderá exigir a apresentação de amostra, devendo o licitante classificado em primeiro lugar apresentá-la, no dia, local e horário apresentado no sistema, facultada a presença de todos interessados;
- 10.8** os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, acaso não houver entrega, atraso injustificado, ou amostra fora das especificações, a proposta será recusada, seguindo-se a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e amostra e assim sucessivamente.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1** divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação;

- 11.2** a habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

11.2.1 caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação;

11.2.2 o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão os documentos exigidos no Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via internet;

11.2.3 na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos;

- 11.3** a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada;

- 11.4** por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital;

- 11.5** a habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

a) registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/2002;

c) documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade Fiscal

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) certidão de regularidade de débitos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

d) certidão de regularidade débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;

d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;

e) certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços (FGTS);

f) certidão de regularidade em relação à Fazenda Municipal;

g) regularidade perante o Cadin Municipal;

11.5.2.1 serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas;

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.5.4 Qualificação técnica:

a) atestado(s) certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante;

a.1) o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

11.5.5 Outros Documentos

a) declaração de que não empresa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

- c) declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- d) em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos § 1º, § 2º, § 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) declaração e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- f) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

11.5.4.1 as declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **ANEXO III** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 a licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem;

11.6.1 todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade;

11.6.2 todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;

11.6.3 os documentos emitidos via internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio;

11.6.4 se a licitante for **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.6.4.1 caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos;

11.6.4.2 atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante;

11.6.5 todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;

11.6.6 não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;

11.6.7 os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado;

11.6.8 o Pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação, mediante consulta ao:

- a) cadastro nacional de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php;
- b) cadastro nacional das empresas inidôneas e suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> ;
- c) portal de sanções administrativas, no endereço eletrônico <https://www.bec.sp.gov.br/sancoesui/sancoes.aspx>;
- d) rol de empresas punidas, disponível no endereço eletrônico <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/gestao/suprimentoseservicos/empresaspunidas/index.php?p=9255> ;
- e) cadastro nacional de empresas punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.6.8.1 as consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também eventual matriz ou filial e de seus majoritários;

11.7 os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto à conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente à licitação;

11.7.1 estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada;

11.7.1.1 havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015;

11.7.2 sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam ao Edital;

11.7.3 os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema;

11.7.4 após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

11.7.5 estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiros considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 FASE RECURSAL

- 12.1** qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;
- 12.2** as razões do recursos deverão ser apresentados em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;
- 12.3** os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;
- 12.4** será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 12.5** o acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados;
- 12.6** o recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos;
- 12.4** o recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1** encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

14 PREÇO E DOTAÇÃO

- 14.1** o preço que vigorará será ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado;
- 14.2** este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida;
- 14.3** não haverá reajuste de preços nem atualização;
- 14.4** os recursos necessários para o suporte do contrato, onerarão a dotação nº 51.10.15.452.3022.2.339.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 15.1** a contratação desta licitação será formalizada mediante a Minuta de Contrato que se encontra no Anexo IV, a qual consta todas as condições contratuais, inclusive as obrigações da contratada e contratante;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

15.1.1 para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar, dos documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados;

15.1.2 como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração municipal;

15.1.3 a licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital;

15.1.4 os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada ao processo administrativo pertinente à contratação.

15.2 a formalização do ajuste se dará com o Recebimento/Retirada da Nota de Empenho pela adjudicatária do objeto da licitação, que poderá se dar por qualquer meio devidamente comprovado;

15.2.1 caso haja convocação para a adjudicatária retirar a Nota de Empenho, pelo Diário Oficial da Cidade, a empresa terá até 05 (cinco) dias úteis.

15.2.2 a Nota de Empenho será encaminhada por e-mail ou por qualquer outro meio eletrônico e a empresa adjudicatária terá até 05 (cinco) dias úteis, para acusar seu recebimento da mesma forma;

15.2.3 a não retirada da Nota de Empenho ou o seu não recebimento no prazo estabelecidos configurará recusa na contratação, incidindo as penalidades previstas neste Edital;

15.2.4 o prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

15.3 é facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidas, inclusive na hipótese de impedimento de contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova sessão pública, ou revogar a licitação;

15.3.1 na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação;

15.3.2 o aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Subprefeitura Pinheiros – UASG 928657;

15.3.3 na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste Edital, até o encontro de uma proposta e licitante que tendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação;

15.3.4 de acordo com o Decreto Municipal nº 56.633/2015, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16 PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

16.1 o prazo de entrega do objeto contratual, será o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no Anexo I neste Edital.

16.1.1 somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

- a) até a data final prevista para a entrega; e,
- b) instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior.

16.1.2 os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto

16.2 o(s) material(s) deverá(ão) ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

16.3 a documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a) primeira via da Nota Fiscal;
- b) Nota Fiscal Fatura;
- c) cópia reprográfica da Nota de Empenho.

16.3.1 na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

17 RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 o objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante art. 140 da Lei Federal nº 14133/21 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22;

17.1.1 o descarregamento do objeto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for;

17.1.2 no ato da entrega, os produtos serão recebidos pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Edital e da conformidade com a marca e/ou fabricante declinados na proposta;

17.1.3 caso seja constatado que os produtos entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou não conferem com a marca e/ou fabricante declinados na proposta da Contrata ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos, pelos corretos, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

17.1.4 caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.1.4.1 na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

17.1.5 o recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

18 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 o prazo de pagamento, será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula 16.3 deste Edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura;

18.1.1 a Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida;

18.1.2 caso ocorra a necessidade de providências complementares, por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

18.1.3 antes do pagamento a Contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência;

18.2 quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material;

18.3 os pagamentos obedecerão às Portaria SF nº 170/2020, da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

18.4 O fornecedor deverá atentar para a Instrução Normativa IN RFB 2145/2023 referente ao Imposto de Renda

19 SIMPLES NACIONAL

19.1 Se o fornecedor for Simples Nacional deverá comprovar a sua quitação dos tributos a ele inerentes;

20 PENALIDADES

20.1 são aplicáveis as sanções e procedimento previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 (artigos 155 a 163) e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22

20.1.1 as penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

b) manifestação da Unidade Requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração;

20.2 ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas;

a) multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 03 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

20.2.1 incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto;

20.3 à licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste Edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 19.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

20.4 as penalidades poderão ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

20.4.1 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto;

20.4.2 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste;

20.4.3 multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução;

20.4.4 multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido;

20.4.5 multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula;

20.4.6 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

20.5 as sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

20.6 das decisões de aplicação de penalidade, caberá recursos nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Subprefeitura Pinheiros, representado pelo Sr. Subprefeito, e protocolizado nos dias úteis, das 09:00 às 17:00 h.

20.6.1 não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

em Lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada;

20.6.2 caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

20.7 os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.8 são aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

21 DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 no julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2 as normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3 as licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4 as licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame;

21.4.1 a falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras futuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação;

21.5 a licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.6 o ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

21.7 a revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

21.8 o pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.9 os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo pregoeiro ouvidas, se for o caso,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

as Unidades competentes.

- 21.10** integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 21.11** a contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 21.12** fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face de superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 21.13** na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir - se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 21.14** não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do pregoeiro.
- 21.15** os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 21.16** o resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP
- 21.17** o pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 21.18** o Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://diario.oficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acabo=i_nicio – Subprefeitura Pinheiros
- 21.19** as dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 21.20** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública – para dirimir quaisquer dúvidas controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste decorrente.

São Paulo 13/03/2024

Alan Nunes Cortez
Pregoeiro
SUB-PI



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SUB-PI/2024

PROCESSO: 6050.2024/0000665-9

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Aquisição de piso podotátil – tipo: Alerta – cor: amarela – medida: 20x20x2cm (c x l x e)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Parcelas
01	- Piso referencial ; material: cimento; aplicação: pisos em geral; cor: amarela; características adicionais: piso tátil de Alerta; medida: 20x 20x2 cm - atender ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR 16.537/2016	unidade	16.368	03

SOBRE A CONTRATAÇÃO:

1. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Para uso nas obras de conservação e manutenção de logradouros públicos, na região da Subprefeitura Pinheiros.

2. DA ENTREGA E DO PRAZO PARA FORNECIMENTO

- 2.1. A entrega será parcelada, em 03 parcelas, conforme quadro acima
- 2.2. O prazo de entrega do objeto acima mencionado será de 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento/retirada da Ordem de Fornecimento.
- 2.3. O produto deverá ser entregue na Subprefeitura Pinheiros, sito a Av. Professor Frederico Hermann Junior, 595, no horário 8:00 às 15:30 horas
- 2.4. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

3. DOS REQUISITOS DA PROPOSTA

- 3.1. A licitante deverá cotar preço unitário e total, em moeda nacional, algarismo e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto e conter ainda:
- 3.2. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste procedimento de compra.
- 3.3. Na proposta deverá constar os seguintes dados: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
 - 3.3.1. Aquisições com valor abaixo de R\$ 8.000,00 indicar conta bancária em qualquer banco. **A partir deste valor, indicar conta bancária SOMENTE NO BANCO DO BRASIL, conforme Portaria SF nº 09, de 12 de janeiro de 2021.**
- 3.4. Deverá conter na proposta o número de telefone e o e-mail para contato

4. HABILITAÇÃO - DA REGULARIDADE FISCAL:

- 4.1. O vencedor do certame deverá comprovar regularidade fiscal apresentando as seguintes certidões:
 - 4.1.1. CNPJ
 - 4.1.2. FGTS
 - 4.1.3. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
 - 4.1.4. Certidão Negativa de Débitos trabalhistas – CNDT
 - 4.1.5. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo
 - 4.1.6. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - 4.1.7. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho nacional de Justiça – CNJ
 - 4.1.8. Cadastro Informativo Municipal - CADIN
 - 4.1.9. Se empresa vencedora for sediada fora da Cidade de São Paulo deverá enviar declaração de que nada deve Fazenda do Município de São Paulo.
- 4.2. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente contratação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste TR ou com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior.
- 4.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 4.4. Será inabilitado o licitante que possuir irregularidades nas certidões acima descritas.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 5.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

6. DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO:

6.1. O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Subprefeitura Pinheiros, através do responsável indicado pelo recebimento, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.

6.1.1. Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Prefeitura, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.

6.1.2. O fornecimento do produto deverá ser realizado com adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e pessoas ligadas à atividade, observadas as normas e leis em vigor.

6.1.3. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes

6.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Administração deverá:

6.2.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.2.2. Na hipótese de substituição, o CONTRATADO deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado

6.3. O prazo de garantia dos produtos não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, a contar a partir da emissão do recebimento definitivo.

6.3.1 Durante o prazo de garantia dos produtos o fornecedor fica obrigado a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os produtos sem que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos equipamentos que os utilizarem.

7.2. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

7.3. Entregar os produtos no prazo contido na proposta.

7.4. A CONTRATADA se responsabiliza civil e penalmente por todos os atos praticados, na execução no contrato administrativo, além de assumir os seguintes encargos, além daquelas obrigações elencadas neste Termo de Referência.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 8.2. Pagar a importância correspondente a aquisição, no prazo contratado.
- 8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada entregar fora das especificações deste Edital e seus anexos.
- 8.4. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

9. DOS REQUISITOS DA PROPOSTA

- 9.1 A licitante deverá cotar preço unitário e total, em moeda nacional, algarismo e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto e conter ainda:
- 9.2 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste procedimento de compra.
- 9.3 Na proposta deverá constar os seguintes dados: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
- 9.4 Aquisições com valor abaixo de R\$ 8.000,00 indicar conta bancária em qualquer banco. A partir deste valor, indicar conta bancária SOMENTE NO BANCO DO BRASIL, conforme Portaria SF nº 09, de 12 de janeiro de 2021.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O prazo de pagamento será de 30 dias após o recebimento da nota fiscal e o ateste final do fiscal do ajuste;
 - 10.1.1. Se ocorrer rejeição de algum documento por erros ou imperfeições, o prazo será contado a partir da data de reapresentação
 - 10.1.2. O procedimento referente ao pagamento deverá atender a Portaria SF nº 170/2020

11. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 11.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas na lei e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
 - a) **pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado:** 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da Contratação;
 - b) **pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado:** 20% (dez por cento) do valor da Contratação;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

- b.1.** ocorrerá na mesma pena se a contratada se recusar a receber a nota de empenho;
- c)** **pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição:** 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d)** **pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição:** 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- e)** **pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste termo de referência e não abrangida nas alíneas anteriores:** 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 11.2.** As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente;
- 11.3.** As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 11.4.** O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Contratação, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS
Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo
Telefone: (11) 3095-9595

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SUB-PI/2024

PROCESSO: 6050.2024/0000665-9

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Aquisição de piso referencial Alerta podotátil – cor: amarela – medida: 20 x 20 x 2 cm (C X L X E)

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Piso referencial ; material: cimento; aplicação: pisos em geral; cor: amarela; características adicionais: piso tátil deAlerta; medida: 20 x 20 x 2 cm - atender ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR 16.537/2016	unidade	16.368			
VALOR TOTAL						

Valor por extenso: _____ (.....)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 01. Prazo de entrega:** 30 (trinta) dias contados do recebimento/retirada pela contratada da Ordem de Fornecimento.
- 02. Prazo de garantia** do produto contra defeitos de fabricação e/ou seu transporte: 12 (doze) meses, a contar da data da entrega.
- 03. Indicar telefone e e-mail para contato**

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60(sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

(local do estabelecimento), de de 2024.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador do licitante)

Nome:

R.G.:

C.P.F.:

Cargo:



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS
Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo
Telefone: (11) 3095-9595

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SUB-PI/2024

PROCESSO: 6050.2024/0000665-9

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Aquisição de piso referencial Alerta podotátil – cor: amarela – medida: 20 x 20 x 2 cm (C X L X E)

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

Av. Drª. Ruth Cardoso, 7123 – Pinheiros – São Paulo

Telefone: (11) 3095-9595

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de

de 2024.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SUB-PI/2024

PROCESSO: 6050.2024/0000665-9

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Aquisição de piso referencial Alerta podotátil – cor: amarela – medida: 20 x 20 x 2 cm (C X L X E)

**ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	6050.2024/0000665-9
PREGÃO ELETRÔNICO:	
CONTRATANTE:	SUBPREFEITURA PINHEIROS
CONTRATADA:	
OBJETO:	Piso referencial; material: cimento; aplicação: pisos em geral; cor: amarela; características adicionais: piso tátil de Alerta; medida: 20 x 20 x 2 cm - atender ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR 16.537/2016
VALOR CONTRATUAL:	R\$_____ (por extenso)
DOTAÇÃO A SER ONERADA:	
Nº DA NOTA DE EMPENHO:	

Aos _____ dias do mês de _____ de 2024, a Prefeitura do Município de São Paulo, por Intermédio da **Subprefeitura Pinheiros**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.649.898/0001-47, sito a Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7123 - Pinheiros, CEP 05459-010, neste ato representada por seu Subprefeito Senhor _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF nº _____, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, com sede na _____ nº - _____ Bairro Cidade/Estado, neste ato representada por seu representante legal Senhor _____ portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o CPF nº _____, vencedora e adjudicatária do Pregão supra referido, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, em consonância com o despacho proferido nos autos do processo SEI em epígrafe, publicado em DOC de ____/____/____, pág.____, constante em SEI nº _____ e nos termos da Lei Federais nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015, Lei complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, objetivando a aquisição do material discriminado na cláusula primeira deste instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE PISO PODOTÁTIL, TIPO ALERTA, COR AMARELA, MEDINDO 20X20X2CM, conforme discriminado abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Parcelas
01	Piso referencial ; material: cimento; aplicação: pisos em geral; cor: amarela; características adicionais: piso tátil de Alerta; medida: 20 x 20 x 2 cm - atender ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR 16.537/2016	unidade	16.368	03

1.2.1. Os materiais deverão ser entregues no endereço Rua Prof. Frederico Herman Junior 595, Alto de Pinheiros, CEP 05459-010, de forma parcelada, em 3 (três) parcelas

1.2.2. O prazo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento/retirada da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado a critério da Administração

1.2.3. O produto deverá ser entregue na Subprefeitura Pinheiros, sito a Av. Professor Frederico Herman Junior, 595, Alto de Pinheiros, no horário 8:00 às 15:30 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR PRAZO VIGÊNCIA

2.1. A vigência do contrato será da data de assinatura do presente ajuste até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO

3.1. A quantidade total contratada é de 16.368 (dezesesseis mil trezentos e sessenta e oito) unidades.

3.2. O valor unitário do objeto é de R\$......(.....)

3.3. O valor total para o presente Termo de Contrato é de R\$
(.....).

3.4. O preço a ser pago à Contratada, será o constante em sua proposta que vigorará em cada Ordem de fornecimento recebida e material entregue

3.5. O preço referido constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento do material objeto deste contrato, incluído frete até os locais a serem designados pela Prefeitura.

3.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

3.7. Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação nº _____ do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº/ , no valor de R\$......(.....).

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1.** Providenciar todas as condições necessárias ao fornecimento do material, objetos deste instrumento contratual.
- 4.1. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos equipamentos que os utilizarem.
- 4.2. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.
- 4.3. Entregar os produtos no prazo contido na proposta.
- 4.4. A CONTRATADA se responsabiliza civil e penalmente por todos os atos praticados, na execução no contrato administrativo, além de assumir as obrigações elencadas neste Termo de Referência.
- 4.5. Executar o objeto deste contrato diretamente ou na forma e condições previstas no instrumento editalício que precedeu este ajuste e seus anexos, vedada a transferência ou subcontratação, total ou parcial do objeto;
- 4.6. A contratada deverá obedecer com rigor toda legislação vigente e normas estabelecidas pelos órgãos afins para plena execução do objeto ora contratado;
- 4.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de São Paulo ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente contrato.
- 4.8. A contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada pela fiscalização do ajuste, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1.** Emitir a Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao estipulado em contrato, com reajuste inclusive, se for o caso;
- 5.2.** Adotar todas as providências pertinentes ao acompanhamento, fiscalização e controle do objeto contratado, indicando um técnico para a fiscalização do contrato;
- 5.3.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada entregar fora das especificações do instrumento editalício e seus anexos.
- 5.4.** Efetuar os pagamentos à contratada.
- 5.5.** Fornecer todas as informações necessárias a CONTRATADA para a execução do objeto.
- 5.6.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1.** O compromisso para a aquisição só estará caracterizado após o recebimento da "Ordem de Fornecimento" ou instrumento equivalente, devidamente precedido do Termo de Contrato.
- 6.2.** Para assinatura do termo de contrato ou retirada da Nota de Empenho deverá a contratada apresentar:
- 6.2.1.** Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais

previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

6.2.2. Certificado, atualizado, de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia de Tempo do Serviço (FGTS);

6.2.3. Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários, atualizada, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, ainda que a empresa tenha sede em outro Município.

6.2.3.1. Caso a licitante não tenha sede no Município de São Paulo deverá ser apresentada comprovação de sua inscrição no cadastro das pessoas jurídicas que emitam nota fiscal autorizada por outro Município, nos termos da Lei Municipal nº 14.042/2005 e Portaria SF nº 124/2022.

6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.2.6. Certidão de regularidade débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;

g.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;

6.2.5. Consulta ao CADIN Municipal (via internet), demonstrando que não foram encontradas pendências, de acordo com a Lei Municipal n.º 14.094/05 e o Decreto Municipal n.º 47.096/06.

6.3. Quando da lavratura do Termo de Contrato, a Contratada será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da convocação, assiná-lo, desde que cumpridas as exigências legais, momento em que lhe será entregue a correspondente Nota de Empenho.

6.4. Formalizada a contratação, será emitida a “Ordem de Fornecimento” ou instrumento equivalente que deverá ser retirada ou recebida pela Contratada, em até 03 (três) dias úteis contados da convocação, que deverá conter as seguintes informações.

6.4.1. data, número do processo, número do Termo de Contrato, número da Nota de Empenho, quantidades e espécie de material a ser fornecido, valor, local de entrega, prazo, nome do responsável pela fiscalização, assinatura do responsável pela Unidade Requisitante, data de recebimento da contratada e assinatura de seu preposto, com sua identificação. Deverá ser juntada cópia da “ORDEM DE FORNECIMENTO” nos processos de liquidação da despesa.

6.4.2. Na hipótese da contratada se negar a retirar a “Ordem de Fornecimento” esta será enviada pelo Correio, por carta registrada, considerando-se como efetivamente recebida na data do registro, para todos os efeitos legais.

6.5. A contratada fica obrigada a atender a todas as “ORDENS DE FORNECIMENTOS” expedidas durante a vigência deste contrato, dentro da quantidade estabelecida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, recebimento da nota fiscal acompanhado dos documentos conforme previsão legal e o ateste do fiscal.

7.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.3. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme Portaria nº 170/SF/2020.

7.4. O pagamento está condicionado à inexistência de pendências no CADIN Municipal.

7.5. A CONTRATADA deverá atentar para Instrução Normativa IN RFB 2145/2021, referente ao Imposto de Renda.

7.6. A CONTRATADA, se estiver no regime SIMPLES NACIONAL deverá comprovar quitação dos tributos a ela pertinentes.

7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL S/A** informada pela **CONTRATADA** na proposta apresentada;

7.9. Havendo atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais haverá compensação financeira.

7.9.1. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado, nos termos da Portaria SF 05/2012, publicada no DOC de 07/01/2012.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

8. O valor contratual não será reajustado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. São aplicáveis as sanções e procedimento previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 (artigos 155 a 163) e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22. As penalidades poderão ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

9.1.1. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto;

9.1.2. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste;

9.1.3. multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução;

9.1.4. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido;

9.1.5. multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula;

9.1.6. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

9.2. as sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

- 9.3.** das decisões de aplicação de penalidade, caberá recursos nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Subprefeitura Pinheiros, representado pelo Sr. Subprefeito, e protocolizado nos dias úteis, das 09:00 às 17:00 h.
- 9.3.1.** não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac- símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada;
- 9.3.2.** caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 9.4.** os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.5.** são aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – ANTICORRUPÇÃO

10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do Decreto nº 56.633, de 23 de novembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11. Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 62.100/2022 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências lá indicadas, nos referidos diplomas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBORDINAÇÃO DESTE CONTRATO

- 12.1.** Este instrumento subordina-se às cláusulas e condições estabelecidas no Edital, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022 e aos preceitos de direito público.
- 12.2.** Aplicam-se, supletivamente, a este Contrato os princípios e normas de direito privado, sobretudo as disposições do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.** A CONTRATADA, no ato da assinatura deste instrumento, apresentou os documentos constantes no item 11-

Habilitação do instrumento editalício.

13.1. faz parte integrante do presente ajuste o Edital e todos seus anexos, especialmente o Anexo I – Termo de Referência, bem como a proposta da CONTRATADA.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

13.3. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão a previsão trazida nos diplomas legais constantes na Cláusula Décima deste instrumento e demais normas pertinentes.

13.4. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.5. A CONTRATADA não poderá transferir, subcontratar no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sob pena de rescisão automática.

13.6. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14. Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS:

NOME
RG
CPF

NOME
RG
CPF